As Conseqüências do Novo Acordo Ortográfico para o Brasil[1]

Autores: Caroline Luciano CAVALCANTE,
Jeanne Gomes FERREIRA,
Liana Cristina Vilar DODT e
Lygia de Azevedo FREIRE (UFC)[2].

Resumo

Este trabalho apresenta os elementos que constituem a estrutura de um artigo científico. Neste artigo tratamos sobre a nova reforma ortográfica que envolve as nações participantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a qual entrará em vigor no Brasil em janeiro de 2009, mas terá um período de adaptação até dezembro de 2012. Tal reforma, apesar de já aprovada, ainda gera divergências de opiniões, tanto entre a população em geral como entre os profissionais que estudam a Língua. Expomos as opiniões de estudiosos da Língua, como Evanildo Bechara e Pasquale Cipro Neto, e analisamos algumas de suas posições, que em geral são contrárias. Além de mostrarmos pesquisas de campo feita com estudantes universitários e entrevistas realizadas com profissionais da área de ensino de línguas. Neste trabalho são apresentadas algumas mudanças que a reforma acarreta, que apesar de em porcentagem representarem pouco em relação à totalidade da gramática brasileira, serão bastante significativas nas vidas da população do país. Tais mudanças possuem um caráter, principalmente, político, já que visam a maior participação dos países lusófonos nas reuniões da Organização das Nações Unidas. O acordo ortográfico não é tão facilmente aceito porque envolve países com realidade cultural bastante distinta. Assim, este artigo apresenta as conseqüências da nova reforma ortográfica para o Brasil.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as diversas conseqüências que a nova reforma ortográfica da Língua Portuguesa acarreta para os falantes brasileiros. Esta reforma consiste na padronização da grafia das palavras entre os países lusófonos e a transformação do Português numa língua de relações internacionais.

O Português é um idioma falado por cerca de 230 milhões de pessoas nas oito nações participantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O Brasil, com mais de 190 milhões de habitantes, é o maior representante desses países. Esses dados parecem ser suficientes para que o Português seja adotado como uma das línguas oficiais utilizadas nas reuniões da Organização das

[1] Artigo científico apresentado à disciplina Comunicação em Língua Portuguesa I, ministrada pela professora Maria Coeli Saraiva Rodrigues, da Universidade Federal do Ceará.

[2] Graduandas em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará.

Nações Unidas, a ONU. No entanto, para que isso ocorra, se faz necessária a unificação do Português falado entre as nações que formam a CPLP, através do novo acordo ortográfico.

O acordo, discutido desde 1990, tornou-se oficial no Brasil, no dia 29 de setembro de 2008, em decorrência da aprovação do presidente Luís Inácio Lula da Silva. No país, a reforma entrou em vigor em janeiro de 2009, mas as duas grafias, a antiga e a nova, continuarão valendo até dezembro de 2012. As principais mudanças ortográficas são em relação aos acentos, à grafia, ao alfabeto e ao uso do hífen e do trema.

Adotaremos como referência os posicionamentos de estudiosos da Língua Portuguesa como: Pasquale Cipro Neto, professor e colunista de jornais, e Evanildo Bechara, filólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, a ABL. Pasquale coloca-se contra a reforma, achando-a desnecessária. Já Bechara, afirma que as mudanças na língua são benéficas para as sociedades lusófonas.

Através deste artigo, pretendemos expor os prós e os contras da implantação desse novo acordo ortográfico, analisando as mudanças para a sociedade brasileira e para a diplomacia do país.

1. Referencial Teórico

O latim é uma antiga língua indo-européia, originalmente falada no Lácio, que foi amplamente disseminada na Europa, gerando um processo de diferenciação regional e levando à formação de variações da língua latina, dentre elas o Português. No Brasil, a Língua Portuguesa chegou através dos colonizadores e era falada juntamente com outras línguas nativas, como o Tupi. Apenas no século XVIII, o Português estabeleceu-se definitivamente no Brasil, sobrepondo-se às línguas ainda utilizadas na colônia.

O contato interlingüístico ocorrido através da vinda de escravos africanos, de invasões estrangeiras, de imigrações e da vinda da família real ao Brasil, contribuiu para a grande diferenciação do Português brasileiro do de Portugal. A própria cultura nativa exerceu forte influência nesse processo. Entretanto, mesmo com a ocorrência de tais fatos, houve diversas tentativas de reaproximação das duas línguas, como o acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945, alterado no Brasil em 1971, e o acordo proposto em 1990, aprovado, no Brasil, apenas em setembro de 2008.

Apesar de aprovada, a mais recente reforma ainda gera divergências entre os estudiosos do Português brasileiro. Pasquale Cipro Neto, um dos mais conceituados

professores de Língua Portuguesa do Brasil, posiciona-se contra a implantação de uma nova reforma ortográfica. Em entrevista ao site do jornal *Mundo Lusíada*, ele afirma:

> O acordo entre os países lusófonos é inútil e desnecessário e não terá qualquer influência no papel da Língua Portuguesa em nível internacional. Certamente não é pelos 'pês' e 'cês' que Portugal emprega em 'adoptar' e 'direcção' ou pelas outras minidiferenças entre a grafia brasileira e a lusitana que a Língua Portuguesa não tem projeção no mundo.(PASQUALE,2008)

A citação feita por Pasquale (2008) mostra que as pequenas mudanças ortográficas servem apenas como pretexto para desfocar o interesse político do acordo, que é dar projeção internacional aos países lusófonos.

Já para o filólogo e membro da ABL[3] Evanildo Bechara, o acordo é benéfico. Em entrevista ao site *Universia*, ele argumenta:

> Com a unificação, ela [a Língua Portuguesa] poderia atingir patamares ainda mais altos. Além disso, facilitaria o intercâmbio cultural entre os países de origem lusófona e o interesse da comunidade internacional por nosso idioma. Isso valorizaria a língua portuguesa como idioma de uma cultura superior. Tem muita gente desavisada dizendo que o Brasil quer ser a primeira voz a comandar o destino da língua portuguesa. Isso não passa pela cabeça de ninguém, até porque, uma língua não se faz pelo número de falantes, mas pelo seu nível cultural. (BECHARA, 2008)

Os argumentos de Bechara (2008) não explicam a maneira como a Língua obteria tal projeção mundial. Além disso, ao falar em 'cultura superior', podemos entender que trata-se de uma tentativa de se obter uma maior valorização da Língua Portuguesa, subestimando, assim, a cultura de outras nações.

Em relação ao processo de adaptação das pessoas à nova reforma, Pasquale diz: “Parece que os responsáveis pelo acordo ortográfico se esqueceram do que aconteceu com a reforma de 1971, que até hoje não foi totalmente absorvida. Basta ver os cardápios ou 'ementas', em que ainda se lê 'môlho', por exemplo”.

Já Bechara argumenta: “Todos temos tendência em deixar as coisas como estão. “Nenhum de nós gosta de mudar de hábito por menor que seja a alteração”.

Pasquale comprova a ineficácia desse acordo, baseando-se no resultado da reforma anterior, que não atingiu a população brasileira em sua totalidade. Ele afirma que, até hoje, existem pessoas que não se adaptaram à reforma ortográfica de 1971. Já

[3] A Academia Brasileira de Letras é uma das principais defensoras das alterações ortográficas previstas pela reforma e foi quem representou o país durante a formulação e a negociação do acordo.

Bechara argumenta que a adaptação lenta aos acordos ortográficos ocorre devido à comodidade das pessoas, criticando, dessa forma, a disposição dos brasileiros em relação a mudanças.

Desde janeiro de 2009, o novo acordo ortográfico passou a valer para documentos oficiais e para a mídia. A partir 2010 e até 2012, as novas regras serão adotadas no ensino público, sendo aceitas, nesse período, a antiga e a nova grafia. Agora, os brasileiros têm que conviver com uma nova escrita do Português. Se as mudanças ortográficas serão totalmente absorvidas até 2012, é uma questão a se pensar.

Somos de acordo com Pasquale, pois acreditamos que a reforma não aproximará as nações lusófonas. As diferenças culturais continuarão existindo, independente de uma língua única. Diante de tantos problemas que o Brasil enfrenta como corrupção política e desigualdades sociais, a reforma realmente torna-se 'inútil e desnecessária'.

2. Metodologia

Para abranger as exigências e atingir os objetivos deste artigo, adotamos como referencial metodológico os posicionamentos do professor Pasquale Cipro Neto e do filólogo Evanildo Bechara.

A nova reforma ortográfica da Língua Portuguesa demorou dezoito anos para ser aprovada. Foi um processo no qual as nações da CPLP discutiram a necessidade de unificação do Português. Provavelmente, os grupos mais atingidos pelo acordo serão professores de Língua Portuguesa, estudantes e editoras de livros.

Diante dessas informações, elaboramos uma pesquisa de campo com alunos da Universidade Federal do Ceará e fizemos também entrevistas com profissionais da área de ensino de línguas.

Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento deste estudo foram:

1) Entrevistas realizadas com os professores de Português Lucineudo Machado[4] e Isabel Freire[5], visando levantar elementos sobre a influência da nova reforma ortográfica para a categoria. Pesquisa de campo com alunos do curso de Letras/Português e do primeiro semestre do curso de Comunicação Social da

[4] Lucineudo Machado é professor de Língua Portuguesa no estado do Ceará.
[5] Isabel Freire é Graduada em Letras/Inglês.

Universidade Federal do Ceará. Foram feitas três perguntas aos estudantes com o objetivo de saber se há conscientização sobre o assunto e suas respectivas opiniões.

2) Consulta dos livros *O que muda com o novo acordo ortográfico*, de Evanildo Bechara e *Escrevendo pela nova ortografia*, do Instituto Antônio Houaiss, com o intuito de obter informações para expandir nosso conhecimento acerca do assunto.
3) Observações dos posicionamentos do já citado professor Pasquale e da Academia Brasileira de Letras. A partir dessa coleta de dados, procuramos estabelecer bases para pesquisas mais amplas.

3. Análise dos Resultados

Após a realização da pesquisa de campo, das entrevistas e da consulta dos livros citados, obtivemos resultados para fazer uma análise consistente sobre as conseqüências da nova reforma ortográfica para os falantes brasileiros.

Os dados apurados na pesquisa estão declarados abaixo:

1) Você está ciente das novas mudanças ortográficas da Língua Portuguesa?
2) Na sua opinião, a reforma é necessária para a evolução da Língua ou é um acordo de interesse principalmente político?
3) Você acredita que os brasileiros se adaptarão com facilidade à nova reforma?

		Números	Porcentagem
1	Sim	35	87,5%
	Não	5	12,5%
2	Evolução	5	12,5%
	Política	35	87,5%
3	Sim	9	22,5%
	Não	31	77,5%

Percebemos com esses resultados que a maioria dos estudantes tem consciência do novo acordo, porém acreditam que a principal função deste não está diretamente ligada à evolução da Língua. Grande parte acha que a reforma será de difícil adaptação para os brasileiros. Podemos inferir, através dessa pesquisa de campo, que os estudantes, majoritariamente, são contra a nova reforma ortográfica.

A professora Isabel Freire, em entrevista, teve a mesma posição da maioria dos alunos. Ela acredita que há outras prioridades de mudanças para o Brasil, como alfabetizar a população e investir no âmbito educacional. Isabel, assim como o professor Pasquale, acha a reforma 'inútil e desnecessária'.

> A nova reforma ortográfica não estreita os laços entre os países lusófonos, pois cada nação possui sua identidade cultural. A proximidade entre Portugal e Brasil, a partir dessa reforma, é uma ilusão. Concordo com Pasquale que o principal interesse da reforma é político. A Língua deve evoluir naturalmente, não através de uma imposição. (FREIRE,2008)

Já o professor Lucineudo Machado posicionou-se a favor do novo acordo ortográfico, defendendo a idéia de que ele tem a função de evoluir a Língua Portuguesa. Lucineudo afirmou que os brasileiros estão fazendo um grande alarde para poucas mudanças. Ele argumentou que é mínimo o número de palavras que vão sofrer alterações. "Primeiramente haverá um estranhamento por parte da população, mas a assimilação não será tão difícil", afirma o professor.

> Pasquale é gramático, não é lingüista, por isso ele ataca toda mudança na gramática. Ele tem uma visão tradicionalista ao discordar do acordo. Concordo com Evanildo Bechara, pois, a partir dos seus estudos, ele considera essencial a evolução da Língua.(MACHADO,2008)

Assim como Evanildo Bechara, a Academia Brasileira de Letras acredita que a ortografia-padrão facilita o intercâmbio cultural entre os países lusófonos, além de promover a evolução da Língua Portuguesa.

A leitura dos livros de Evanildo Bechara e do Instituto Antônio Houaiss, que apresentam informações essenciais sobre a nova ortografia. Algumas mudanças estabelecidas, no Brasil, pelo acordo são:

1. O alfabeto passa a ter 26 letras com a inclusão do K, W e Y.
2. O trema deixa de existir nas palavras como: lingüiça, tranqüilo, etc.
3. Nas palavras com duplo 'e' e 'o', o acento circunflexo deixa de existir, como em vôo e lêem.
4. O acento agudo deixa de existir nos ditongos abertos, como em idéia, platéia, céu e corrói.

5. Os acentos circunflexo e agudo, usados para diferenciar palavras, deixam de existir, como em pára e pêlo.
6. Nas palavras compostas, cujos segundos termos comecem com 'r' ou 's', não há mais hífen. A letra inicial do segundo termo é duplicada nos casos anti-semitismo e anti-republicano. A exceção é quando o primeiro termo da palavra terminar em 'r', devendo ser mantido o hífen. Exemplo: hiper-relações.

Com a coleta de dados e com os estudos feitos, chegamos à conclusão de que a discussão primordial é em relação à adaptação e não mais à aprovação do acordo, que já é uma realidade. Resta saber se o acrescimento de três letras no alfabeto e a supressão de hífen e de trema serão suficientes para aproximar os países lusófonos.

5. Conclusão

O estudo que fizemos sobre a nova reforma ortográfica permite-nos inferir que ela apresenta problemas, já que não vemos uma real necessidade de colocá-la em prática. Os benefícios são mínimos em relação ao custo que o novo acordo trará.

As conseqüências econômicas e educacionais para o Brasil são grandes, visto que será necessário dispor de incontáveis recursos para reeditar o material didático distribuído nas escolas, além de reeducar os jovens recém-alfabetizados sob as antigas regras. Serão estes alunos os mais prejudicados, pois terão pouco tempo de conhecimento e logo vão ser obrigados a rever o que aprenderam. A reforma também é prejudicial às pessoas de mais idade, já formadas e acostumadas ao sistema anterior.

Além desses problemas, a cada vez que se faz uma reforma, ortográfica ou gramatical, prejudica-se a continuidade do idioma, visto que a Língua deve mudar naturalmente, sem imposições com interesses políticos. Outro indício de que a reforma não foi bem elaborada é o fato de vários lingüistas não terem sido consultados para propor as regras do acordo.

O argumento utilizado pelos que são a favor da reforma de que com a unificação da ortografia haverá estímulo ao intercâmbio entre os países lusófonos é infundado, pois não há indícios claros de que isso realmente acontecerá. Essa reforma aparenta ser apenas um pretexto a serviço de interesses econômicos de grandes editoras.

Outra vantagem apresentada pelos que defendem a necessidade do novo acordo é que, com o Português unificado, será mais fácil a aceitação da Língua como uma das oficiais na Organização das Nações Unidas, a ONU. Entretanto, o interesse por um país surge à medida que ele cresce e evolui em termos econômicos e culturais. É isso que desperta a curiosidade da comunidade internacional, não a facilidade da língua.

Concluímos que as modificações impostas pela presente reforma são insuficientes para atingir o fim a que se propõem, de unificar o idioma no mundo inteiro, e são mais do que suficientes para produzir muita confusão e dar muito lucro a alguns interessados.

Referências Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de. **Escrevendo pela nova ortografia**: como usar as regras do novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss. 1ª edição. Rio de Janeiro, Publifolha, 2008.
BECHARA, Evanildo. **O que muda com o novo acordo ortográfico.** 1ª edição. Editora Nova Fronteira, 2008.
Sites consultados:
www.mundolusíada.com.br
www.universia.com.br
www.google.com.br
www.academia.org.br